

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM BALANÇO DE ESTUDOS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Luciene Cerdas

Centro Universitário de Araraquara/Uniara

lucienecerdas@hotmail.com

Marcelo da Silva Côrrea

Universidade Federal Fluminense/RJ

marcelocorrea@im.uff.br

Edmundo Alves de Oliveira,

Centro Universitário de Araraquara/Uniara

edmundosedmundo@gmail.com

Ricardo Mauro

Centro Universitário de Araraquara/Uniara

ramauro@uniara.com.br

Resumo

Este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica realizada por meio da busca, seleção e análise de artigos publicados em revistas brasileiras da área da Educação e indexados na base de dados da Scielo - *Scientific Electronic Library Online* – com o descritor “educação a distância”. Pretendeu-se desse modo detectar as questões latentes entre esses pesquisadores e suas contribuições para construção de um referencial teórico consistente no que tange à formação inicial e continuada de professores na modalidade a distância. Visando esse objetivo, foram feitas a busca e seleção dos artigos, e também a leitura e a análise do material selecionado. O levantamento realizado na pesquisa bibliográfica resultou em 146 artigos. As análises realizadas neste estudo indicam que a educação a distância não é uma preocupação unicamente da área da educação. Foram identificados periódicos oriundos de diversas áreas como enfermagem, psicologia, medicina, entre outras. Além disso, verifica-se um crescimento do número de artigos sobre educação a distância a partir de 2006, o que pode estar relacionado à expansão dessa modalidade, e à promulgação, no ano de 2005, o Decreto 5622/2005, por meio do qual o governo federal regulamenta a educação a distância no Brasil. Nos artigos a EAD é analisada do ponto de vista das políticas públicas para formação inicial e continuada de professores, e da análise e avaliação de programas implementados. Considerando a expansão da modalidade a distância no Brasil, este trabalho espera fomentar as discussões sobre o tema, na medida em que permite identificar as contribuições desses artigos para a EAD, bem como as lacunas a serem preenchidas pelos pesquisadores pela identificação de temas importantes com menor incidência.

Palavras-chave: Educação a Distância, Formação de Professores, Políticas Educacionais.

Abstract

This paper presents results of a literature search performed by the search, selection and analysis of articles published in Brazilian journals of Education and indexed in the database of SciELO - Scientific Electronic Library Online - with the descriptor "distance education". It was intended to thereby detect latent issues between these researchers and their contributions to building a consistent theoretical framework regarding the initial and continuing training of teachers in the distance. Aiming at this goal, we made the search and selection of articles, and also reading and analysis of selected material. The survey literature search resulted in 146 articles. The analyzes performed in this study indicate that distance education is not only a concern in the area of education. Journals were identified from various areas such as nursing, psychology, medicine, among others. In addition, there is a growing number of articles on distance education from 2006, which may be related to the expansion of this modality, and the enactment, in 2005, Decree 5622/2005 through which the federal government regulates distance education in Brazil. In journals, the distance education is analyzed from the standpoint of public policy for initial and continuing training of teachers, and the analysis and evaluation of programs implemented. Considering the expansion of the distance education in Brazil, this paper hopes to foster discussions on the topic, as it allows us to identify the contributions of these articles for the EAD, as well as the gaps to be filled by the researchers by identifying major issues with lower incidence.

Keywords: Distance Education, Teacher Training, Educational Policies

Introdução

O foco deste trabalho é a formação docente no âmbito da Educação a Distância (EAD). Cada vez mais presente no cenário educacional nos diferentes níveis de ensino, a EAD tem se constituindo, como objeto das políticas públicas das últimas décadas para a formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica. Nesse sentido, sua presença e expansão têm despertado o interesse de pesquisadores e estudantes sobre a EAD, que se torna tema de estudos e pesquisas acadêmicas, em especial na área da educação.

O estudo, aqui relatado, reforça as afirmações acima, pois apresenta os resultados de uma pesquisa realizada por meio do levantamento, análise e síntese de artigos produzidos sobre EAD. Foram analisados 146 artigos

publicados no período brasileiros de 1997-2013, indexados na base de dados da Scielo (Scientific Electronic Library Online), com o objetivo de detectar as questões latentes entre esses pesquisadores e as contribuições que eles têm dado para construção de um referencial teórico consistente no que tange à formação inicial e continuada de professores na modalidade a distância.

Espera-se identificar as contribuições desses artigos para as discussões sobre formação de professores e EAD, pois, apesar de sua expansão, sobretudo pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), e da internet, as desconfiças em torno dessa modalidade de ensino são muitas, entre elas sobre a própria capacidade de se ensinar e aprender em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), e sobre as possibilidades de massificação e esvaziamento da formação dos professores.

Em relação à distribuição temporal dos artigos, é indiscutível o crescimento do número de textos produzidos entre os anos de 1997 e 2013, como se pode notar na Tabela 1, sendo que 2006 registra um aumento bastante significativo da produção em relação aos anos anteriores: de 6 artigos em 2005 para 15 em 2006, um aumento de mais de 50%.

Tabela 1- Artigos no período 1997-2013

Ano	Número de artigos
1997	1
1998	0
1999	2
2000	0
2001	2
2002	6
2003	6
2004	1
2005	6
2006	15
2007	10
2008	17
2009	18

2010	22
2011	11
2012	22
2013	7
Total	146

Foi a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394, em 1996 que o governo federal apontou o incentivo a essa modalidade nos diferentes níveis de ensino de formação inicial e continuada, o que “abriu as portas” para o processo de sua disseminação, como se pode verificar em seu artigo 80 “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.”.

No entanto, é a partir do ano de 2005, que o governo federal regulamenta a educação a distância no Brasil por meio do Decreto 5622, reconhecendo-a em seu art. 1º “[...] como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.”, estabelecendo assim, as regras para a criação, credenciamento e reconhecimento de instituições que desejam ofertar cursos a distância.

Esses eventos tiveram, sem dúvida, um impacto na produção acadêmica sobre EAD, como demonstrado na tabela acima. Impacto esse também figurado no estudo de Barreto et al. (2006) que analisaram teses e dissertações produzidas sobre educação e tecnologia entre 1996 e 2002.

De 1996 a 1999, estão apenas 19 dos documentos analisados, enquanto de 2000 e 2002 eles são 69. A rigor, um aumento previsível, considerando pelo menos duas condições contextuais: o fato de que o período é marcado pela presença crescente das TIC no conjunto das práticas sociais e pela implementação de políticas visando à sua incorporação educacional. (BARRETO, et al., 2006, p.33).

Entre essas políticas os autores destacam a criação da Secretaria de EAD/MEC (extinta em 2011), de programas como TV Escola, o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO), o Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância (PAPED) entre outros que apontam condições favoráveis para o estudo das TIC, sua incorporação no ensino, e o apoio financeiro para a realização de pesquisas. É oportuno dizer que esses programas aparecem no conjunto dos artigos como objeto de análise dos pesquisadores que investigam os processos de sua implementação.

Outro evento significativo que corresponde ao período de produção dos 146 artigos analisados aqui é a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), pelo Decreto 5800, de 2006 “[...] voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.”. Nesse contexto, a UAB caracteriza-se como a materialização das políticas de formação de professores a distância no Brasil, tal como aponta Barreto (2008), estimulando a formação inicial e continuada de professores, a fim de haja melhorias na qualidade do ensino ofertado na educação básica.

A EAD está inscrita, portanto, nas estratégias de expansão do Ensino Superior pela incorporação das TIC, uma opção assumida no conjunto das políticas nacionais, tendo como alvo principal a formação de professores da educação básica, aumentando de forma maciça a oferta de vagas, o que não seria possível apenas pela expansão das vagas nas Universidades Federais.

Os artigos localizados com o descritor *Educação a Distância* estão distribuídos em 50 periódicos oriundos de diferentes áreas. Considerando-se os dados relativos ao número de periódicos por área, têm-se os seguintes resultados, organizados na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Periódicos por Área

Área de origem dos periódicos	Número de periódicos por
--------------------------------------	---------------------------------

	área
Enfermagem	7
Saúde	1
Saúde pública	1
Medicina	8
Psicologia	7
Administração	4
Serviço Social	1
Fonoaudiologia	2
Ciências da informação	2
Engenharia de produção	1
Linguística	1
Ciência Rural	1
Saúde coletiva	1
Educação	13
Total	50

Embora haja uma prevalência dos periódicos da área da Educação, que correspondem a 26% do total, os dados indicam que a EAD não é uma preocupação unicamente dessa área, já que foram identificados periódicos de diversas instituições de ensino e pesquisa e de diferentes áreas, sendo as mais representativas no conjunto desses artigos: Medicina, Enfermagem e Psicologia.

Cabe ressaltar que os periódicos que aparecem na pesquisa não se tratam de publicações específicas sobre Educação a Distância, mas tangenciam discussões sobre o uso das TIC em suas áreas específicas de atuação. Aliás, vale registrar que não apareceu no levantamento nenhum periódico específico sobre EAD.

Em relação à área da Educação, os 13 periódicos concentram 28,8% dos artigos, ou seja, 42 textos. Os títulos desses periódicos estão relacionados na Tabela 3.

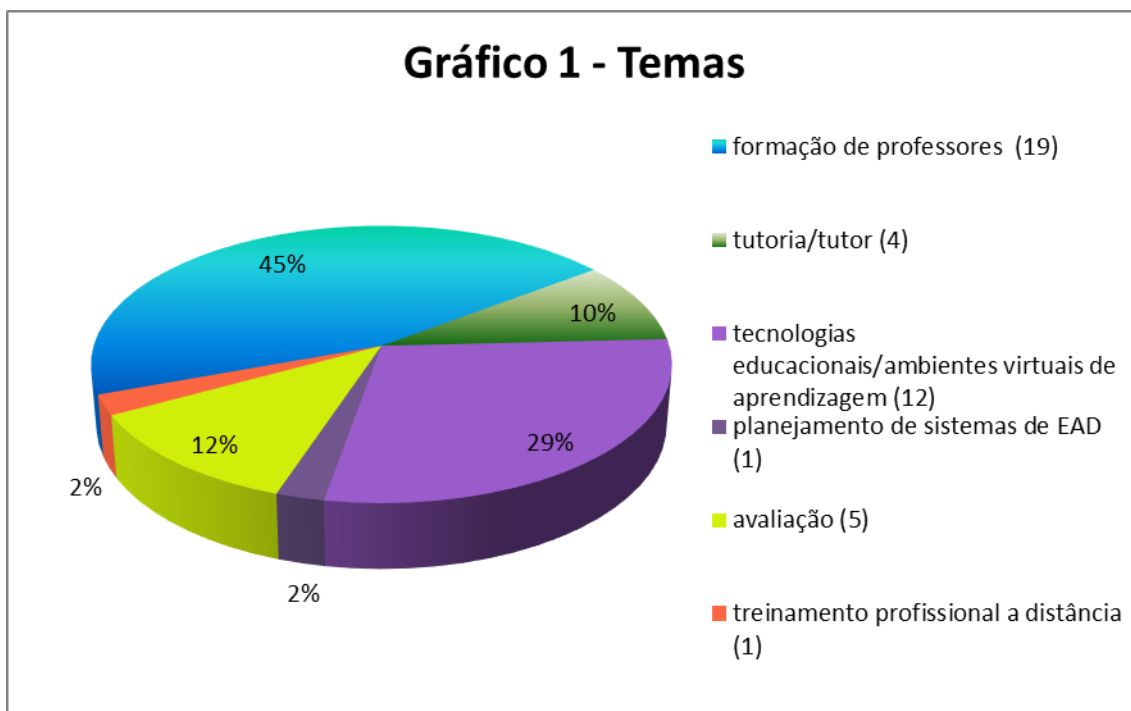
Tabela 3 – Periódicos da Área da Educação

Nome do periódico/Educação	Número de artigos
-----------------------------------	--------------------------

Rev. Bras. de Ensino de Física	1
Rev. Bras. de Educação Especial	2
Rev. Bras. de Educação	3
Pro-posições	2
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	4
Educação em Revista	2
Educação e Pesquisa	4
Educação e Sociedade	12
Educar em Revista	6
Ciência e Educação	1
Cadernos de Pesquisa	2
Avaliação: Revista da Avaliação da Ed. Superior (Campinas)	2
Paideia	1
Total	42

O periódico que concentrou maior número de artigos sobre a EAD foi *Educação e Sociedade*, publicado pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES-Campinas/SP), seguido de *Educar em Revista*, sob a responsabilidade editorial do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná/UFPR.

Na análise desses 42 textos, foram também identificadas suas temáticas centrais, apresentadas no Gráfico 1:



O tema *Formação de Professores*, foco deste trabalho, corresponde a 45% do total dos artigos, sendo, portanto, maioria entre os temas dos artigos da área da Educação. Barreto et al (2008) também verificaram em seu trabalho a presença significativa de teses e dissertações acerca da formação de professores, atestando a relevância dessa temática no conjunto de estudos sobre EAD. Além disso, não se pode deixar de dizer que esse número é reflexo de políticas indutoras do governo federal para estímulo à oferta de formação inicial e continuada, o que acaba potencializando um movimento já existente de estudos nessa direção dos grupos de pesquisa. Há evidências claras de que a EAD tem sido o maior foco das políticas para expansão do Ensino Superior, o que impulsiona a realização de estudos e pesquisas sobre o tema.

Outro tema que tem destaque é *Tecnologias educacionais/Ambientes virtuais de aprendizagem*, em que os autores dedicam-se a analisar o uso e o impacto das TIC e dos ambientes virtuais na aprendizagem dos alunos, abordando aspectos didático-pedagógicos da educação a distância. Embora este trabalho não se detenha a tais artigos, vale destacar sua importância no estudo das metodologias e recursos didáticos desenvolvidos para a educação.

Nessa perspectiva também a *Avaliação* no âmbito da EAD parece com destaque. A *tutoria/tutor* é tema que aponta esse sujeito como elemento central dos processos de ensino e aprendizagem a distância, já que ele quem irá interagir mais diretamente com os alunos, e em torno do qual há inúmeras controvérsias, inclusive sobre sua identidade e profissionalização.

A partir deste ponto do texto, destaca-se a análise dos artigos sobre formação de professores, sendo necessário esclarecer que entre os 19 artigos localizados, um trata da EAD no contexto da formação de professores na África e Ásia, sendo assim não foi incluído nesta fase do trabalho. A partir da leitura, portanto, dos 18 artigos, apresenta-se o quadro abaixo, no qual se destaca os textos analisados, autores e seus objetivos.

Quadro 1 – Objetivos dos artigos sobre formação de professores

PRETTO (2002)	Analisa os projetos TV Escola e o PROINFO identificando a distância que existe entre os planos governamentais e a realidade educacional brasileira
DRAIBE e PEREZ (1999)	Examina o processo de implementação dos programas federais Kit Tecnológico e TV Escola, os principais resultados de uma pesquisa sobre seu processo de implementação. *survey e estudo de caso
BARRETO (1997)	Reporta-se à pesquisa de campo de avaliação do programa "Um salto para o futuro".
BARRETO, PINTO e MARTINS (1999)	Analisa os resultados de duas avaliações realizadas sobre o "Um Salto para o Futuro", em 1992 e 1997, respectivamente
GATTI (2008)	Discute a forma como processos de educação continuada, presenciais ou a distância, têm sido implementados.
FREITAS (2007)	Examina as políticas e programas no campo da formação docente, identificando linhas de uma política marcada por ações de formação focalizadas, de cursos a distância, pela Universidade Aberta do Brasil.
SILVA JUNIOR (2003)	Analisa a formação de professores através da educação a distância, a partir das reformas do Estado.
ALONSO (2010)	Analisa documentos que instituem a educação a distância no Brasil, mais especificamente o Decreto que a regulamenta e os Referenciais de Qualidade Para a Educação Superior a Distância.
GIOLO (2008)	Aborda a EAD sob três ângulos: legislação; panorama da educação superior a distância (graduação); problemas que a EaD está criando para a atividade de formação docente.
GIOLO (2010)	Aborda a EAD no contexto da expansão da educação

	superior, depois da LDB/1996. O foco da análise são as ações avaliativas e regulatórias do Estado e o contraponto político da iniciativa privada.
BELLONI (2002)	Analisa a EAD buscando estabelecer os nexos teóricos e práticos entre duas dimensões: as injunções políticas que determinam as práticas experimentadas nas diversas experiências realizadas e as questões econômicas que se revelam nas tecnologias utilizadas e nas formas como estas se articulam com as condições reais de implementação.
SEGENREICH (2006)	Analizando as regulamentações relacionadas à EAD, busca mapear as questões controversas que estão em pauta e as discussões em torno dos documentos legais.
SEGENREICH (2009)	Analisa os programas Universidade para Todos (ProUni) e Universidade Aberta do Brasil (UAB) como estratégias na expansão e democratização do Ensino Superior.
GOMES (2013)	Discute relativos à presença das tecnologias no Ensino Superior, com especial destaque para a criação do Sistema UAB- Universidade Aberta do Brasil e o contexto de sua criação.
ZUIN (2010)	Reflete sobre o modo como as TIC foram consideradas no Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) e no Plano Nacional da Educação (PNE) 2011-2020.
ALMEIDA, (2012)	Oferece subsídios para a formação a distância de educadores em cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .
PRETTO e RICCIO (2010)	O artigo discute a formação continuada do professor universitário face à presença das tecnologias digitais de informação e comunicação e à explosão do uso da educação a distância no país.
RODRIGUES e CAPELLINI, (2012)	Levantar e analisar dados em relação à sua utilização para formação continuada de professores quanto ao processo de inclusão da pessoa com deficiência. *Pesquisa de campo.

Não se tem aqui a pretensão de dar conta de todos os elementos postos em debate pelos autores, mas destacar aqueles que enunciam algumas tensões e desafios no âmbito da formação de professores e EAD.

A leitura dos textos permite apontar que eles variam desde uma análise macro das políticas governamentais para expansão do Ensino Superior e de formação de professores, nas quais a EAD ganhou destaque na última década do século XX, até a análise de programas específicos de formação inicial e continuada, nos quais se verifica o uso das TIC, com ênfase nos processos de sua implementação. As políticas públicas de formação de professores, tanto inicial quanto continuada, são foco dos estudos agora com ênfase na modalidade de educação a distância.

Os artigos que versam sobre a formação de professores tratam de programas de formação continuada, tais como *TV Escola*, *PROINFO* e *Um salto para o futuro*, discutindo sua implantação e seu impacto, como tendências recentes das políticas educacionais pela incorporação das TIC, seja por meio de estudos teóricos ou relatos de pesquisas de campo. Os autores também traçam o perfil da educação a distância no Brasil como concretização das políticas de expansão do Ensino Superior, sob a égide de contribuir para sanar o déficit de professores para a Educação Básica. Destaca-se aqui o sistema UAB, que tem por base: polos educacionais nos municípios; sistema de tutoria presencial nos polos municipais e a tutoria a distância nas instituições de Ensino Superior; pagamento de bolsas tanto para tutores como para coordenadores de disciplinas (SEGENREICH, 2009).

A EAD passou pela era do correio, do rádio e da televisão, e vive hoje a era da internet, e como apontam Barreto, et al. (2008) adquirem destaque propostas de virtualização do ensino, caracterizadas pela aprendizagem por meios eletrônicos, pelo redimensionando das categorias tempo-espço, e ruptura com a demarcação da sala de aula e da escola conhecida tradicionalmente.

A EAD é vista “[...] como política de Estado e em termos de uma modalidade de ensino que, assumindo múltiplas formas, propõe novas questões de ordem institucional e pedagógica.” (SEGENREICH, 2009).

A expansão da EAD nos cursos de Pedagogia e Normal Superior é bastante representativa, segundo Giolo (2010), dos alunos que, em 2007, se preparavam para o exercício do magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, um terço deles, 32,1%, estavam matriculados em cursos a distância. Dados mais recentes do Censo da Educação Superior, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), de 2010, apontam que entre os alunos que cursam Pedagogia, 47,87% o fazem em cursos a distância, o que revela um crescimento contínuo da modalidade (Dados disponíveis em <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>).

Como resposta às políticas que visam implementar processos de formação continuada para professores em diversos níveis e especialidades:

É preciso considerar que a educação a distância passou a ser um caminho muito valorizado nas políticas educacionais dos últimos anos, justificada até como uma forma mais rápida de prover formação, pois, pelas tecnologias disponíveis, pode-se flexibilizar os tempos formativos e os alunos teriam condições, quando se trata de trabalhadores, de, em algumas modalidades de oferta, estudar nas horas de que dispõem, não precisando ter horários fixos, o que permitiria compatibilização com diversos tipos de jornadas de trabalho. A educação a distância ou a mista (presencial/a distância) tem sido o caminho mais escolhido para a educação continuada de professores pelas políticas públicas, tanto em nível federal como estadual e municipal” (GATTI, 2008, p. 65).

Essas políticas respondem, de acordo com Gatti, a tendências mundiais de preocupação com a formação de professores pela conjunção de dois movimentos, a saber, as pressões do mundo do trabalho, estruturado num modelo informatizado e o valor adquirido pelo conhecimento, e a constatação, pelos sistemas de governo, da extensão assumida pelos precários desempenhos escolares de grandes parcelas da população. Como refere a autora, há “Uma contradição e um impasse. Políticas públicas e ações políticas movimentam-se, então, na direção de reformas curriculares e de mudanças na formação dos docentes, dos formadores das novas gerações.” (GATTI, 2008, p.62).

Por outro lado, Silva Junior (2003) aponta que as políticas são formuladas com base em orientações de agências de financiamento, como o Banco Mundial tendo como critério a eficiência, a eficácia, a produtividade, a razão mercantil, o que implica dizer que o critério fundamental é a razão de proporcionalidade custo/benefício, sem a preocupação do educador com a formação voltada para a elevação da condição humana.

Nesse sentido, a EAD muitas vezes é apontada pelos pesquisadores como uma forma de desvalorização do professor e de sua formação, considerando o aligeiramento e superficialidade dos programas governamentais, cujo objetivo central é a certificação de professores (PRETTO, 2002), colocando a tecnologia não como um apoio ao educador, mas um

substituto e uma solução para o problema da formação docente (SILVA JUNIOR, 2003).

A forma pela qual vimos instituída a EaD no ensino superior e, a seguir, o entendimento de que sua oferta se faça por meio de um sistema que possa ao mesmo tempo responder a diferentes demandas de formação, organizado com base em elementos que enfatizam a ideia de modalidade de ensino, resultam, pelo que foi apontado, em formação bastante frágil, seja pela não institucionalização do trabalho com a modalidade, seja pela incipiência da infraestrutura disponível para os alunos, entre os principais fatores que determinam a atual oferta de cursos nessa modalidade (ALONSO, 2010, p.1333).

Nessa mesma perspectiva, Freitas (2007) considera que a maioria dos cursos se apresenta como uma forma de aligeirar e baratear a formação, sendo pensada mais como uma política compensatória, que visa a suprir a ausência de oferta de cursos regulares a uma determinada clientela, sendo dirigida a segmentos populacionais historicamente já afastados da rede pública de educação superior. O abandono elevado que se observa nesses cursos e mesmo os resultados dos processos avaliativos passam a ser encarados como uma responsabilidade individual dos estudantes, ocultando a exclusão provocada pela desigualdade educacional.

No entanto, como expõe Segenreich (2009), a falta de qualidade do ensino superior não pode ser entendida apenas como decorrência das políticas de EAD, uma vez que estas pertencem a um contexto mais amplo de uma lógica expansionista e reduzido processo de acompanhamento e avaliação em curso no país.

A modalidade a distância ou híbrida (parte presencial e parte a distância) pode ser uma alternativa, em determinadas condições e circunstâncias, para a melhoria da educação brasileira, mas não se trata de abraçá-la como a solução para todos os problemas educacionais. É necessário reconhecer os avanços, dificuldades e equívocos já evidenciados no ensino superior a distância, a fim de identificar as possibilidades e os riscos para a EaD na pós-graduação (ALMEIDA, 2012).

Apesar dos pontos controversos sobre a qualidade dos cursos a distância na formação de professores, os autores também reconhecem que a presença das TIC no cotidiano educacional, tanto no ensino presencial quanto no a distância potencializa e pressupõe um outro paradigma educacional, que passa pela descentralização do currículo, do empoderamento dos alunos e da presença forte das comunidades de aprendizagem e das redes de relacionamento. (GOMES, 2013). As tecnologias

[...] foram criadas nem se limitam a permitir adequações e transposições das formas tradicionais de educação; de fato, elas trazem propostas para uma outra educação, diferente dessa que vimos tendo, pautada menos no controle e mais na liberdade; menos na hierarquia das relações interpessoais e mais na horizontalidade dos relacionamentos; menos no professor como detentor de todo saber e poder para uma em que os participantes negociam os saberes e o poder; menos centrada na avaliação pelo professor e mais na acreditação pela comunidade; enfim, numa educação em rede que começa fora da escola, nas comunidades (virtuais) de relacionamento e de prática, envolve e é envolvida pela escola e volta às comunidades, para uma educação transcultural e transnacional.” (GOMES, 2013, p. 19).

Apontam também como tendência a exploração cada vez mais eficiente e adequada dos momentos presenciais e dos momentos não-presenciais, de tal forma que não se faça mais distinção de uma forma ou "modalidade" de educação, mas sim de meios (GOMES, 2013).

[...] a Educação a Distância exige uma pedagogia que não se deixe seduzir apenas pelo enfoque técnico, mas que tenha também uma preocupação com as relações metodológicas e didáticas. A Educação a Distância, em que se faz uso de ambientes virtuais, requer a compreensão de que os elementos comunicativos, temporais e espaciais são assíncronos e, portanto, requer a concepção de metodologias e didáticas que orientem o aluno para autonomia, autodisciplina e autodidatismo, assim como, para o professor, a percepção de uma mudança significativa no modo da compreensão o seu papel. (AMARILLA FILHO, 2011, p.27).

Considerações finais

A EAD foi analisada nestes artigos como uma política nacional de expansão do Ensino Superior que decorre de tendências globais para a

democratização do Ensino Superior pelo uso das TIC nos processos educacionais nas sociedades contemporâneas, nas quais essas tecnologias disseminam-se não só na educação, mas no cotidiano das populações.

Como uma política pública de expansão do Ensino Superior, a EAD vem suprir, sobretudo, à demanda de formação dos professores que atuam na educação básica, a partir da criação de programas de educação inicial e continuada por meio da utilização das TIC. O sistema UAB é a marca desta política no Brasil, a partir da qual se expande a oferta de vagas nas universidades federais.

Por outro lado, análise da EAD nesses artigos, enfatiza as implicações didático-pedagógicas do uso das TIC e a constituição dos ambientes virtuais de aprendizagem, da interação e da participação da tutoria nesse modelo, no qual o uso da internet diminuiu as barreiras entre os sujeitos participantes dos processos educativos.

No entanto, há tensões latentes entre a expansão da EAD e a necessidade de se garantir a qualidade do ensino oferecido na formação de professores.

REFERÊNCIAS

- Almeida, Maria Elizabeth Bianconcini de. (2012). Formação de educadores a distância na pós-graduação: potencialidades para o desenvolvimento da investigação e produção de conhecimento. *Educação & Sociedade*, 33(121), 1053-1072. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302012000400008&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0101-73302012000400008.
- Alonso, Kátia Morosov. (2010). A expansão do ensino superior no Brasil e a EaD: dinâmicas e lugares. *Educação & Sociedade*, 31(113), 1319-1335. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400014&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0101-73302010000400014.
- Amarilla Filho, Porfírio. (2011). Educação a distância: uma abordagem metodológica e didática a partir dos ambientes virtuais. *Educação em Revista*, 27(2), 41-72. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982011000200004&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0102-46982011000200004.

Barreto, Elba Siqueira de Sá. (1997). Capacitação à distância de professores do ensino fundamental no Brasil. *Educação & Sociedade*, 18(59), 308-329. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301997000200005&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0101-73301997000200005.

Barreto, Elba Siqueira de Sá, Pinto, Regina Pahim, & Martins, Angela Maria. (1999). Formação de docentes a distância: reflexões sobre um programa. *Cadernos de Pesquisa*, (106), 81-115. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741999000100005&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0100-15741999000100005.

Barreto, Raquel Goulart, Guimarães, Glaucia Campos, Magalhães, Ligia Karam Corrêa de, & Leher, Elizabeth Menezes Teixeira. (2006). As tecnologias da informação e da comunicação na formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, 11(31), 31-42. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782006000100004&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S1413-24782006000100004.

Belloni, Maria Luiza. (2002). Ensaio sobre a educação a distância no Brasil. *Educação & Sociedade*, 23(78), 117-142. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200008&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0101-73302002000200008.

Draibe, Sônia M, & Perez, José Roberto Rus. (1999). O programa TV Escola: desafios à introdução de novas tecnologias. *Cadernos de Pesquisa*, (106), 27-50. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741999000100003&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0100-15741999000100003.

Freitas, Helena Costa Lopes de. (2007). A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. *Educação & Sociedade*, 28(100), 1203-1230. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300026&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0101-73302007000300026.

- Gatti, Bernardete A. (2008). Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação*, 13(37), 57-70. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100006&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S1413-24782008000100006.
- Giolo, Jaime. (2010). Educação a distância: tensões entre o público e o privado. *Educação & Sociedade*, 31(113), 1271-1298. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400012&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0101-73302010000400012.
- Giolo, Jaime. (2008). A educação a distância e a formação de professores. *Educação & Sociedade*, 29(105), 1211-1234. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000400013&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0101-73302008000400013.
- Gomes, Luiz Fernando. (2013). EAD no Brasil: perspectivas e desafios. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, 18(1), 13-22. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000100002&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S1414-40772013000100002.
- Pretto, Nelson De Luca. (2002). Formação de professores exige rede!. *Revista Brasileira de Educação*, (20), 121-131. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000200010&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S1413-24782002000200010.
- Pretto, Nelson De Luca, & Riccio, Nícia Cristina Rocha. (2010). A formação continuada de professores universitários e as tecnologias digitais. *Educar em Revista*, (37), 153-169. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000200010&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0104-40602010000200010.
- Rodrigues, Leda Maria Borges da Cunha, & Capellini, Vera Lúcia Messias Fialho. (2012). Educação a Distância e formação continuada do professor. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 18(4), 615-628. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000400006&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S1413-65382012000400006.

- Segenreich, Stella Cecília Duarte. (2006). Desafios da educação à distância ao sistema de educação superior: novas reflexões sobre o papel da avaliação. *Educar em Revista*, (28), 161-177. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200011&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0104-40602006000200011.
- Segenreich, Stella Cecília Duarte. (2009). ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior. *Pro-Posições*, 20(2), 205-222. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072009000200013&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0103-73072009000200013.
- Silva Júnior, João dos Reis. (2003). Reformas do Estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas. *Revista Brasileira de Educação*, (24), 78-94. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300007&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S1413-24782003000300007.
- Zuin, Antonio A. S.. (2010). O Plano nacional de educação e as tecnologias da informação e comunicação. *Educação & Sociedade*, 31(112), 961-980. Recuperado em 29 de setembro de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000300016&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0101-73302010000300016.